classificados

PUBLICIDADE LEGAL

Prefeitura Municipal de Santo André

DECRETO Nº 18.631, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026. DISPÕE sobre a abertura de crédito no orçamento geral do Município de Santo André. GILVAN FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto nos arts. 7º, 8º, 11 e 12 da Lei nº 10.925, de 19 de dezembro de 2025; CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo nº 10.307/2025, DECRETA: Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Santo André crédito adicional suplementar, no valor de R$ 13.059.862,42 (treze milhões, cinquenta e nove mil, oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e dois centavos), às seguintes dotações constantes dos quadros "Programa de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes da Lei nº 10.925, de 19 de dezembro de 2025, a saber:

22.50.06.122.0011.2.035	Manutenção do DAPS	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.740,00
40.80.10.302.0025.2.068	Manutenção do Serviço de Atenção Especializada	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	308.139,40
44.01.11.334.0033.2.090	Manut. e Acompan. de Projetos e Progr. de Desenvol. Econômico, Turismo, Emprego e Parque Tecnológico	3.3.90.33 - Passagens e Despesas com Locomoção	300,00
47.50.08.245.0039.2.098	Manutenção da Rede	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	295,00
47.70.08.245.0040.2.099	Financiamento da Rede Indireta de Serviços Socioassistenciais	3.3.50.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	230.590,20
60.10.12.306.0057.2.130	Fornecimento de Merenda	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11.320.000,00
63.01.04.122.0061.2.136	Manutenção do Gabinete da Secretaria - SGOPE	3.3.90.30 - Material de Consumo	5.797,82
74.40.04.122.0096.1.060	Execução de Reformas em Prédios Públicos	4.4.90.51 - Obras e Instalações	533.000,00
74.40.15.452.0095.1.058	Aquisição de Veículos e Equipamentos - FMIP	4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	640.000,00

Art. 2º O crédito aberto pelo art. 1º deste decreto será coberto com recurso proveniente da anulação das seguintes dotações no valor de R$ 13.059.862,42 (treze milhões, cinquenta e nove mil, oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e dois centavos), constantes dos quadros "Programa de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes da Lei nº 10.925, de 19 de dezembro de 2025, a saber:

22.50.06.122.0011.2.035	Manutenção do DAPS	3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	21.740,00
40.80.10.302.0026.2.073	Manutenção dos Serviços de Atenção Hospitalar - CHM	3.3.50.85 - Contrato de Gestão	308.139,40
44.30.11.334.0033.2.091	Programas e Iniciativas de Promoção da Competitividade	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	300,00
47.01.08.245.0035.2.095	Manutenção da Rede de Serviços	3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	30.590,20
47.01.08.245.0035.2.095	Manutenção da Rede de Serviços	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	71.000,00
47.01.08.245.0036.1.027	Aquisição de Bens Permanentes	4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	129.000,00
47.01.08.245.0036.2.095	Manutenção da Rede de Serviços	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	295,00
63.01.04.122.0061.2.136	Manutenção do Gabinete da Secretaria - SGOPE	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.797,82
67.50.04.123.0075.1.043	Pagamento de Exercícios Anteriores	4.6.91.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	11.320.000,00
74.40.04.122.0096.2.186	Manutenção de Prédios Públicos	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	533.000,00
74.40.15.452.0095.2.185	Manutenção e Modernização da Rede de Iluminação Pública	3.3.90.30 - Material de Consumo	640.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo André, 18 de setembro de 2026. GILVAN FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL - REINALDO MESSIAS DA SILVA - SECRETÁRIO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI - SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS - Registrado e digitado no Departamento Administrativo do Expediente do Gabinete, na mesma data e publicado. ANA CLAUDIA CEBRIAN LEITE - CHEFE DE GABINETE.

Secretaria de Finanças e Planejamento Estratégico - Publicação nº 17/2026 - Decisões do Sr. Gerente de Fiscalização Imobiliária - Sto. André 19/09/2026 -- Decisões dos processos eletrônicos - Defiro: PA (s): 3555406.416.00031559/2026-32; 3555406.416.00031028/2026-40; 3555406.416.00030105/2026-44; 3555406.416.00029686/2026-71; 3555406.416.00029002/2026-31; 3555406.416.00028624/2026-42; 3555406.416.00027314/2026-19; 3555406.416.00023399/2026-58; 3555406.416.00021220/2026-28; 3555406.416.00002408/2026-77; 3555406.416.00025287/2026-31; 3555406.416.00017988/2026-05; 3555406.416.00024052/2026-22; 3555406.416.00026827/2026-02; 3555406.416.00029935/2026-29; 3555406.416.00031647/2026-34; 3555406.416.00031805/2026-56; 3555406.416.00031903/2026-93; 3555406.416.00031987/2026-65; 3555406.416.00032190/2026-85; 3555406.416.00032897/2026-91; 3555406.416.00033582/2026-61; 3555406.416.00034220/2026-98; 3555406.416.00027595/2026-00; 3555406.416.00031381/2026-20; 3555406.416.00030867/2026-41; 3555406.416.00030956/2026-97; 3555406.416.00030366/2026-64; 3555406.416.00029998/2026-85; 3555406.416.00029970/2026-48; 3555406.416.00028469/2026-64; 3555406.416.00028157/2026-51; 3555406.416.00028015/2026-93; 3555406.416.00022244/2026-02; 3555406.416.00031604/2026-59; 3555406.416.00031651/2026-01; 3555406.416.00030438/2026-73; 3555406.416.00029769/2026-61; 3555406.416.00029704/2026-15; 3555406.416.00029193/2026-31; 3555406.416.00028941/2026-69; 3555406.416.00025341/2026-49; 3555406.416.00018843/2026-13; 3555406.416.00006935/2025-70; 3555406.416.00031585/2026-61; 3555406.416.00029664/2026-10; 3555406.416.00028348/2026-12; 3555406.416.00027684/2026-48; 3555406.416.00027794/2026-18; 3555406.416.00027798/2026-98; 3555406.416.00013772/2026-62; 3555406.416.00002437/2026-39; 28009/2022; 3555406.416.00034794/2026-66; 3555406.416.00017759/2026-82; 3555406.416.00025418/2026-81; 3555406.416.00027108/2026-09; 3555406.416.00031161/2026-04; 3555406.416.00031139/2026-56; 3555406.416.00032798/2026-18; 3555406.416.00034269/2026-41; 3555406.416.00034529/2026-88; 3555406.416.00018550/2026-36; 3555406.416.00020383/2026-93; 3555406.416.00020785/2026-98; 3555406.416.00020886/2026-69; 3555406.416.00022319/2026-47; 3555406.416.00023523/2026-85; 3555406.416.00023955/2026-96; 3555406.416.00025720/2026-39; 3555406.416.00025703/2026-00; 3555406.416.00026339/2026-97; 3555406.416.00031057/2026-10; 3555406.416.00033320/2026-05; 3555406.416.00003377/2026-71; 3555406.416.00002645/2026-38; 3555406.416.00011200/2026-49; 3555406.416.00018445/2026-05; 3555406.416.00022086/2026-82; 3555406.416.00022890/2026-61; 3555406.416.00026586/2026-93; 3555406.416.00031024/2026-61; 3555406.416.00031849/2026-86. - Indefiro: PA (s): 3555406.416.00034914/2026-25; 3555406.416.00032188/2026-14; 3555406.416.00034172/2026-38; 3555406.416.00033629/2026-97; 3555406.416.00033744/2026-61; 3555406.416.00035882/2026-85; 3555406.416.00034090/2026-93; 3555406.416.00035724/2026-25; 3555406.416.00035214/2026-58; 3555406.416.00036682/2026-40; 3555406.416.00031672/2026-18; 3555406.416.00036768/2026-72; 3555406.416.00036876/2026-45; 3555406.416.00036365/2026-23.- Não Conhecimento: PA (s): 3555406.416.00007187/2026-23.

COMISSÃO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PROMAT - RESOLUÇÃO Nº 02/2026 - Dispõe sobre os procedimentos para apresentação, aferição e validação de certificados e diplomas para fins de concessão do adicional por título previsto na Lei nº 10.940/2026: A COMISSÃO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - COMISSÃO PROMAT, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.940/2026 e o seu Regimento Interno, CONSIDERANDO as disposições dos arts. 8º e 9º da Lei nº 10.940/2026; CONSIDERANDO as disposições dos arts 7º a 9º do Decreto nº 18.583/2026; CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimento uniforme, objetivo e documentado para a apresentação, aferição e validação dos certificados e diplomas apresentados pelos Auditores Fiscais da Receita Municipal - AFRM; CONSIDERANDO que cada AFRM possui processo administrativo eletrônico individual no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, destinado ao registro e à instrução dos documentos funcionais pertinentes; CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer fluxo entre os Departamentos de lotação dos AFRM, a Comissão PROMAT e o Departamento de Recursos Humanos - DRH para o adequado processamento dos certificados e diplomas apresentados; CONSIDERANDO a necessidade de conferir segurança, uniformidade e transparência ao procedimento de aferição e validação dos documentos apresentados; RESOLVE: Art. 1º. Esta Resolução estabelece os procedimentos para apresentação, aferição e validação de certificados e diplomas apresentados pelos Auditores Fiscais da Receita Municipal - AFRM, para fins de concessão do adicional por título previsto no art. 8º da Lei nº 10.940/2026. Art. 2º. O certificado ou diploma deverá ser apresentado pelo interessado, mediante requerimento próprio, acompanhado do respectivo documento comprobatório, ao Departamento em que o AFRM estiver lotado, para juntada ao respectivo processo administrativo eletrônico individual no Sistema Eletrônico de Informações - SEI. § 1º Compete ao Departamento de lotação do AFRM promover a juntada do requerimento e do certificado ou diploma ao respectivo processo SEI e, após a instrução inicial, disponibilizar o processo à Comissão PROMAT para análise, aferição e validação. § 2º O requerimento deverá conter, no mínimo: I - nome completo do requerente; II - matrícula funcional; III - identificação do cargo e do Departamento de lotação; IV - identificação da instituição de ensino emissora; V - identificação do curso ou formação correspondente; VI - data de conclusão e/ou expedição do certificado ou diploma; e VII - indicação do enquadramento do título em uma das hipóteses previstas no art. 8º da Lei nº 10.940/2026. § 3º O certificado ou diploma deverá ser apresentado em formato que permita sua adequada leitura, análise e conferência. Art. 3º. Compete à Comissão PROMAT, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.940/2026, proceder à aferição e validação dos certificados e diplomas apresentados pelos AFRM, observados os requisitos estabelecidos no art. 8º da referida Lei e nas demais normas aplicáveis. Art. 4º. A aferição dos certificados e diplomas compreenderá, no mínimo: I - a conferência dos dados constantes do certificado ou diploma apresentado; II - a identificação da instituição de ensino emissora; III - a identificação e o enquadramento do curso, programa ou formação correspondente; IV - a verificação do atendimento aos requisitos previstos no art. 8º da Lei nº 10.940/2026, inclusive quanto à área de formação e carga horária, quando exigida; V - a verificação da regularidade da instituição de ensino e, quando aplicável, do respectivo curso, mediante consulta ao Cadastro e-MEC; VI - a verificação dos respectivos atos autorizativos, quando aplicável; e VII - a análise da compatibilidade das informações constantes do documento apresentado com aquelas obtidas nas bases oficiais de consulta. § 1º A consulta ao Cadastro e-MEC será realizada por meio do portal oficial do Ministério da Educação, disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada ; § 2º A consulta ao Cadastro e-MEC terá por finalidade subsidiar a verificação da regularidade da instituição de ensino e do curso, não substituindo eventual procedimento de confirmação da autenticidade do documento junto à instituição emissora. § 3º A Comissão PROMAT poderá realizar outras consultas ou diligências em fontes oficiais que entender necessárias à conclusão da análise; Art. 5º. Sempre que forem identificadas inconsistências, insuficiência de informações ou necessidade de esclarecimentos para a conclusão da análise, a Comissão PROMAT poderá solicitar ao interessado a apresentação de documentação complementar ou determinar a realização de diligências; § 1º O interessado deverá apresentar os documentos ou esclarecimentos solicitados no prazo estabelecido pela Comissão PROMAT ; § 2º A não apresentação da documentação ou dos esclarecimentos solicitados poderá resultar na não validação do certificado ou diploma, mediante decisão fundamentada. Art. 6º. Concluída a aferição, a Comissão PROMAT deliberará pela: I - validação do certificado ou diploma, quando atendidos os requisitos estabelecidos na Lei nº 10.940/2026 e nas demais normas aplicáveis; ou II - não validação do certificado ou diploma, quando não atendidos os requisitos legais ou regulamentares ou quando as diligências realizadas não permitirem comprovar seu atendimento. § 1º A decisão da Comissão PROMAT será formalizada mediante parecer fundamentado, no qual deverão constar, no mínimo: I - a identificação do interessado; II - a identificação do certificado ou diploma analisado; III - a instituição de ensino e o curso ou formação correspondentes; IV - as verificações e diligências realizadas; V - as informações obtidas mediante consulta ao Cadastro e-MEC e, quando houver, a outras fontes oficiais; VI - a fundamentação quanto ao atendimento ou não dos requisitos previstos na Lei nº 10.940/2026; e VII - a conclusão da Comissão pela validação ou não validação do documento. § 2º O parecer da Comissão PROMAT será expedido ao Departamento em que o AFRM estiver lotado, para as providências previstas nesta Resolução. Art. 7º. Recebido o parecer da Comissão PROMAT, o Departamento em que o AFRM estiver lotado promoverá sua inclusão no respectivo processo administrativo eletrônico individual no SEI. Parágrafo único. Após a inclusão do parecer no processo SEI, o Departamento encaminhará o processo ao Departamento de Recursos Humanos - DRH, para a ratificação da aferição e validação realizadas pela Comissão PROMAT, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.940/2026. Art. 8º. Compete ao Departamento de Recursos Humanos - DRH ratificar a aferição e validação realizadas pela Comissão PROMAT, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.940/2026. Parágrafo único. Após a ratificação, o DRH adotará as providências administrativas cabíveis para o prosseguimento do procedimento e, quando atendidos os requisitos legais, para a implementação do adicional por título, observado o disposto no art. 8º da Lei nº 10.940/2026. Art. 9º. O prazo máximo para a aferição e validação dos certificados e diplomas será de 30 (trinta) dias, contado da data de apresentação do competente certificado ou diploma, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei nº 10.940/2026. Art. 10. O indeferimento do pedido de validação do certificado ou diploma deverá ser fundamentado, cabendo recurso, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 10.940/2026. Parágrafo único. O recurso será apresentado e processado no respectivo processo administrativo eletrônico no SEI, observadas as disposições da legislação aplicável. Art. 11. A validação realizada pela Comissão PROMAT, sujeita à ratificação pelo Departamento de Recursos Humanos - DRH, produzirá efeitos exclusivamente para os fins previstos no art. 8º da Lei nº 10.940/2026. Art. 12. Os certificados e diplomas apresentados anteriormente à vigência desta Resolução poderão ser submetidos ao procedimento nela estabelecido, desde que estejam devidamente juntados ao respectivo processo administrativo eletrônico no SEI e atendam aos requisitos previstos na Lei nº 10.940/2026. Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão PROMAT, observadas as disposições da Lei nº 10.940/2026, do seu Regimento Interno e da legislação aplicável. Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Santo André, 18 de setembro de 2026.- Reinaldo Messias da Silva-Presidente da Comissão Promat-Secretário de Finanças e Planejamento Estratégico.

Secretaria de Administração, Inovação e Tecnologia.Ref.: Concurso Público – Edital 02/2023.Ficam desclassificados os candidatos habilitados em Concurso Público para o cargo de Auxiliar Administrativo II, conforme classificações e nomes abaixo relacionados, pelo motivo de RenúnciaTácita (não compareceramà convocação).

Class.	Nome
13ºN	Jose Demilton Gomes da Silva
57º	Beatriz Amorim Cunha
61º	Irailton Dias
62º	Thiago Del Ciello

Ficam convocados (as) os (as) candidatos (as) habilitados (as) em Concurso Público para o cargo de Auxiliar Administrativo II, conforme classificações ("N" lista de vagas reservadas aos candidatos negros), nomes e cargos relacionados na tabela abaixo, a comparecerem à Praça IV Centenário, nº 01 – Prédio do Executivo – 5º andar – sala 03 – Secretaria de Assistência Social - Centro - Santo André - SP, no dia 22/09/2026 às 10h00min, para recepção e orientações aos candidatos. Para procedimento de admissão (entrega de documentos e agendamento de exames médicos admissionais): comparecer à Prefeitura Municipal de Santo André – Praça IV Centenário, nº 01 – Prédio do Executivo – Andar Térreo 01 – Praça de Atendimento ao Servidor – Centro – Santo André/SP, no dia 25/09/2026, horários constantes na tabela abaixo. O não comparecimento a qualquer uma das etapas acarretará desclassificação por renúncia tácita.

Class.	Nome	Procedimento de Admissão
		Horário
15ºN	Allana Mattos dos Santos	09h00min
70º	Viviane Braghirolli de Carvalho	09h40min

Ficam convocados(as) os(as) candidatos(as) habilitados(as) em Concurso Público para o cargo de Auxiliar Administrativo II, conforme classificações e nomes relacionados na tabela abaixo, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Santo André – Praça IV Centenário, nº 01 – Andar Térreo 01 – Praça de Atendimento ao Servidor – Centro – Santo André/SP, no dia 25/09/2026,noshorários relacionados na tabela abaixo, para procedimento de admissão (entrega de documentos e agendamento de exames médicos admissionais). O não comparecimentoa qualquer uma das etapas acarretará desclassificação por renúncia tácita.

Class.	Nome	Procedimento de admissão
		Horário
71º	Erika Caroline da Silva Coelho	10h20min
72º	Steffany Alves Monteiro	11h00min

Deixa de ser convocada a candidata Tabata Costa dos Santos, classificada em 69º lugar para o cargo de Auxiliar Administrativo II, tendo em vista que já foi convocada por meio da lista de vagas reservadas aos candidatos negros, conforme termos previstos no presente edital.Carolina de F. Silvério Diretora do Departamento de Recursos Humanos.

Secretaria de Administração, Inovação e Tecnologia. Portaria(s) assinada(s) pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Santo André. Exonerar a pedido: A contar de 02 do corrente: Port. n.º 1204.09.2026, Cecilia dos Santos, Servente Geral - SG. A contar de 15 do corrente: Port. n.º 1201.09.2026, Diego da Silva Santos, Guarda Civil Municipal - SSC; Port. n.º 1202.09.2026, Francinilda de Sousa Carvalho, Agente de Desenvolvimento Infantil - SE. A contar de 16 do corrente: Port. n.º 1203.09.2026, Pierluigi Fortunato Cardoso, Guarda Civil Municipal - SSC. Tornar sem efeito: Port. n.º 1206.09.2026 a Portaria n.º 1178.09.2026-GP que nomeou Renata Gracio de Oliveira para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial de Políticas Públicas - SAC. Designar: Port. n.º 1205.09.2026 Osmar Santos de Mendonca, Secretário Adjunto - SG, para exercer o cargo em comissão de Secretário - SG, durante afastamento de Jose Antonio Acemel Romero, no período de 21 a 30 do corrente, em virtude de férias. Portaria(s) assinada(s) pela Secretaria de Administração, Inovação e Tecnologia. Tornar sem efeito: Port. n.º 312.06.2026, a Portaria n.º 279.09.2026-SAIT que revogou a Portaria n.º 205.08.2026-SAIT, ficando mantida a designação de Renata Gracio de Oliveira, Agente de Desenvolvimento Infantil, para exercer a função gratificada de Encarregado IV - SAC. Santo André, 18 de setembro de 2026 - Edson Salvo Melo, Secretário - Secretaria de Administração, Inovação e Tecnologia.

Secretaria de Assistência Social. Conselho Municipal de Assistência Social. Resolução CMAS 550/2026. O Conselho Municipal de Assistência Social de Santo André - CMAS/SA, no uso de suas atribuições legais previstas pela Lei Municipal 7.536/97, com as alterações da Lei 8.252/01 e Lei 9.462/13, Considerando a Resolução CMAS 292/14, que dispõe sobre os critérios para Inscrição e Manutenção de Inscrição de Entidades, Organizações, Programas e Projetos Socioassistenciais da Política de Assistência Social. Considerando as deliberações da 326ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de setembro de 2026, pelo Colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social. RESOLVE: Art. 1º - INSCREVER até 30 de abril de 2027, os serviços executados por Organização de Assistência Social: I) 43/25 - Associação Fala Mulher - Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência e seus Filhos; II) 44/25 - Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) - Programa de Aprendizagem de Adolescentes e Jovens e Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho. Art. 2º - INSCREVER provisoriamente até 30 de janeiro de 2027, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos, executado pelo Instituto Francis. Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Roberto Rodrigues de Andrade Junior. Presidente do CMAS/SA.

Secretaria de Governo - Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Santo André - Resolução nº 111/2026 - O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Santo André - CMPI/SA, no uso de suas atribuições legais previstas pela Lei Municipal nº 9.011 de 13 de dezembro de 2007; Considerando a Lei Federal n.º 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; Considerando a Resolução CMPI 028/2021 que dispõe sobre a inscrição de seus programas junto ao Conselho Municipal da Pessoa Idosa; Considerando as deliberações da 177º Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de setembro de 2026, nas dependências da sala de reuniões do 3º andar, localizada no Prédio Executivo da Prefeitura. Resolve: Art. 1º - Conceder MANUTENÇÃO até 31 de maio de 2028, às Entidades abaixo: I) Casa de Repouso Sol da Tarde Ltda., sob o nº 012/21 como Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas; II) Hélio de Carvalho Casa de Repouso - Recanto dos Nobres, sob o nº 024/22-23 como Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas; III) Casa Geriatrica Requinte Ltda - Filial João Ribeiro, sob o nº 030/22 como Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas; IV) Casa de Repouso Vovó Lina Ltda., sob o nº 032/22 como Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas; V) Nosso Doce Lar Repouso para Idosos Ltda., sob o nº 034/22 como Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas; VI) Casa de Repouso e Hospedagem Silveira Ltda., sob o nº 035/22 como Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas; VII) Lux Residencial para Idosos Ltda, sob o nº 040/22 como Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas; VIII) Residencial Dona Gê Ltda., sob o nº 041/22 como Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas; IX) Instituto Jequitibás Ltda. - Residencial Jequitibás, sob o nº 058/23 como Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas; X) Laís Cestari Sênior Residence Ltda., sob o nº 080/24 como Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas; XI) Residencial Arco-Íris - Clínica de Repouso Ltda., sob o nº 086/24 como Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas; Art. 2º - SUSPENDER os registros das entidades até 16 de outubro de 2026. Após esse período, caso não ocorra a regularização, o registro será cancelado. I) Casa de Repouso Residencial Aliança Ltda., sob o nº 020/22, como Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas; II) Casa de Repouso Residencial Aliança II Ltda., sob o nº 081/24, como Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas. Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. José João da Silva - Presidente do CMPI

Secretaria de Assistência Social. Conselho Municipal de Assistência Social. Resolução CMAS 548/2026. O Conselho Municipal de Assistência Social de Santo André - CMAS/SA, no uso de suas atribuições legais previstas pela Lei Municipal 7.536/97, com as alterações da Lei 8.252/01 e Lei 9.462/13, CONSIDERANDO que é competência do Conselho Municipal de Assistência Social, apreciar e aprovar a destinação de indicação orçamentária junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; CONSIDERANDO a deliberação da 326ª Reunião Ordinária realizada no dia 16 de setembro de 2026, em que foi apreciada e aprovada pelo Colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social a indicação de Emendas Individuais para o Fundo Municipal de Assistência Social; RESOLVE: Art. 1º - Considerar APROVADA a alteração da unidade beneficiária da Emenda Parlamentar Individual nº 202540940004, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, referente à Programação nº 354780920250001, ano 2025, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), passando a figurar como beneficiário o Centro Social Heliodor Hesse, CNPJ nº 01.118.143/0001-65, em substituição à Ação Cristã Comunitária do Brasil, CNPJ nº 00.649.159/0001-31, em razão de sua renúncia formal ao recurso. Art. 2º - Considerar APROVADA a alteração da unidade beneficiária da Emenda Parlamentar Individual nº 202640940001, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, referente à Programação nº 354780920260001, ano 2026, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), passando a figurar como beneficiário o Centro Social Heliodor Hesse, CNPJ nº 01.118.143/0001-65, em substituição à Ação Cristã Comunitária do Brasil, CNPJ nº 00.649.159/0001-31, em razão de sua renúncia formal ao recurso. Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação. Roberto Rodrigues de Andrade Junior. Presidente do CMAS/SA.

Secretaria de Assistência Social. Conselho Municipal de Assistência Social. Resolução CMAS 549/2026. O Conselho Municipal de Assistência Social de Santo André - CMAS/SA, no uso de suas atribuições legais previstas pela Lei Municipal 7.536/97, com as alterações da Lei 8.252/01 e Lei 9.462/13, CONSIDERANDO que é competência do Conselho Municipal de Assistência Social, apreciar e aprovar o recebimento de recurso estadual destinado ao cofinanciamento dos serviços socioassistenciais. CONSIDERANDO a deliberação da 326ª Reunião Ordinária realizada no dia 16 de setembro de 2026, em que foi apreciado e aprovado pelo Colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social o recebimento de recurso estadual destinado ao Programa SuperAção. RESOLVE: Art. 1º - Considerar APROVADO o recebimento de recurso estadual destinado ao Programa SuperAção, no valor de R$ 1.323.484,27 (um milhão, trezentos e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos), específico para investimento, em parcela única, a ser repassado ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS. Art. 2º - Esta resolução entra em vigor, na data da sua publicação. Roberto Rodrigues de Andrade Junior. Presidente do CMAS/SA.

Secretaria de Educação - Extrato de Publicação - Processo Administrativo nº 1.808/2026. A Comissão de Credenciamento da Secretaria de Educação do Município de Santo André torna público o DEFERIMENTO do pedido de credenciamento da Organização da Sociedade Civil, Associação Interação para a Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social, inscrita no CNPJ nº 13.086.758/0001-36, por ter atendido aos requisitos estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 01/2026, na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 16.870/2016 e na Resolução nº 07/2026-SE. O credenciamento possui validade de 12 (doze) meses, observadas as condições do edital. Pedro Luiz Botaro - Secretário de Educação.

Secretaria de Finanças e Planejamento Estratégico - Publicação nº 37/2026 - Decisões do Sr. Diretor do Depto de Tributos - Sto. André 19/09/2026 - Decisões dos processos eletrônicos - Indefiro: PA (s) 3555406.416.00013897/2025-10; 3555406.416.00025831/2026-45. Defiro: PA (s) 3555406.416.00009162/2026-64; 3555406.416.00013022/2026-91; 3555406.416.00035105/2026-31. Não conheço: PA (s) 3555406.416.00001169/2026-38.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - Departamento de Controle Urbano - Interditado estabelecimento cito à Rua Tom Jobim, 322, C.F. 27.071.040, através do Termo de Interdição nº 13.40018092026, conforme Artigo 24º da Lei 85767/2005; Augusto Zattoni Bisan, Gerente Uso do Solo e Atividades, Santo André, 18 de setembro de 2026.

Secretaria de Segurança Cidadã - Portarias assinadas em 18/09/2026 pelo Sr. Secretário Igor Fabian Tanaka: Port. 49.09.2026 - P.A 3555406.416.00036552/2026-15; Port. 50.09.2026 - P.A. 3555406.416.00035684/2026-11.

Para anunciar é só ligar 4435-8159

Digitally signed by DIARIO DO GRANDE ABC
SA:57541377000175
Date: 2026.09.18 18:09:07 -03:00

Câmara Municipal de Santo André

EXTRATO DE PORTARIAS
Nº 492/2026 - CONCEDE 30 dias de férias regulamentares, no período de 15/9 a 14/10/2026, a RENATO CAETANO ALVES, "Motorista"; Nº 493/2026 - CONCEDE 10 dias de férias regulamentares, no período de 21 a 30/9/2026, a ANA MARIA NUNES TOSELLO, exercendo a função gratificada de "Coordenador de Compras e Licitações"; Nº 494/2026 - DESIGNA SERGIO DA COSTA MARQUES JÚNIOR, "Agente Legislativo I - Administrativo", para, no período de 21 a 30/9/2026, exercer a função gratificada de "Coordenador de Compras e Licitações", sustando durante este período os efeitos da Portaria nº 136/2024, que o designou para exercer a função gratificada de "Apoio Técnico Legislativo - Compras"; Nº495/2026 - CONCEDE 10 dias de férias regulamentares, no período de 30/9 a 9/10/2026, a MAURÍCIO TRINDADE TAVARES, "Assistente Legislativo I - Som e Imagem"; Nº 496/2026 - CONCEDE 10 dias de férias regulamentares, no período de 28/9 a 7/10/2026, a ELIANE HARUE AKAMINE, exercendo a função gratificada de "Ouvidor Legislativo"; Nº 497/2026 - CONCEDE 30 dias de férias regulamentares, no período de 21/9 a 20/10/2026, a ARAUNA SOUZA MACIEL, "Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas"; Nº 498/2026 - CONCEDE 15 dias de férias regulamentares, no período de 21/9 a 5/10/2026, a GABRIEL DA NOBREGA BARRETO, "Assessor Político e de Relações Comunitárias"; Nº 499/2026 - EXONERA, "a pedido", a contar de 9/9/2026, RODRIGO DE OLIVEIRA MELO TOVANI, do cargo em comissão de "Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas" - Proc. CM nº 6751/2026; Nº 500/2026 - DESIGNA os vereadores MAJOR VITOR SANTOS e RENATINHO SANTIAGO, para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, integrarem a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Santo André - Proc. CM nº 5022/2026; Nº 501/2026 - EXONERA, "ex officio", a contar de 18/9/2026, DEBORA RODRIGUES COSTA, do cargo em comissão de "Assessor Político e de Relações Comunitárias" - Proc. CM nº 6665/2026; Nº 502/2026 - NOMEIA, a contar de 16/9/2026, PIETRO IGLEZIA DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão de "Assessor Político e de Relações Comunitárias" - Proc. CM nº 6986/2026.
Câmara Municipal de Santo André, 18 de setembro de 2026, 473º ano da fundação da cidade.
CLAUDINES DONIZETE BELTRAMI
Diretor de Administração
RLOS/IGS.

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 - PROCESSO Nº 0028/2026
Comunicamos a suspensão do PREGÃO ELETRÔNICO 06/2026, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA CIVIL, ESPECIALISTA EM IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES COM EXPERTISE EM SELAGEM DE TRINCAS E PREPARO DE SUPERFÍCIE, , conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência, integrante do Edital, que ocorreria no dia 22 de Setembro de 2026, para readequações na fase interna.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 - PROCESSO Nº 28/2026
Comunicamos aos interessados que se encontra aberta no Legislativo Andreense LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA CIVIL, ESPECIALISTA EM IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES COM EXPERTISE EM SELAGEM DE TRINCAS E PREPARO DE SUPERFÍCIE, conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência, integrante do Edital.
A íntegra do Edital poderá ser obtida sem custo pela plataforma BBMNet (https://novobbmnet.com.br/) ou pelo site da www.cmsandre.sp.gov.br.
As Propostas das empresas interessadas deverão ser submetidas por meio da plataforma BBMNet (https://novobbmnet.com.br/) até as 13 HORAS E 14 MINUTOS DO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2026. A sessão será aberta a partir das 13 HORAS E 15 MINUTOS DO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2026. Qualquer dúvida relacionada a este ato convocatório ou a seu objeto deverá ser formulada por escrito e enviada exclusivamente através da plataforma BBMNet ematé 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para o término do recebimento das propostas.
Câmara Municipal de Santo André, 18 de setembro de 2026 473º ano da fundação da cidade.
VITOR LUIZ GIORDANO - PREGOEIRO

EXTRATOS DE CONTRATOS
Nº DO CONTRATO: 14/2026; CONTRATADA: DOM BOSCO COMERCIO DE AGUAS MINERAIS LTDA; OBJETO